

# PALAVRAS PARA LÁ DA PANDEMIA: CEM LADOS DE UMA CRISE

Coord.: José Reis  
Um trabalho coletivo do CES



# PALAVRAS PARA LÁ DA PANDEMIA: CEM LADOS DE UMA CRISE

Coord.: José Reis  
Um trabalho coletivo do CES



Centro de Estudos Sociais  
Universidade de Coimbra

1290

UNIVERSIDADE DE  
COIMBRA



Organização  
das Nações Unidas  
para a Educação,  
a Ciência e a Cultura



Universidade de  
Coimbra - Alta e Sã  
inscrita na Lista do Património  
Mundial em 2013

COMPETE  
2020  
PROGRAMA OPERACIONAL COMERCIO E INOVAÇÃO

PORTUGAL  
2020



UNIÃO EUROPEIA  
Fundo Europeu  
de Desenvolvimento Regional

FCT  
Fundação  
para a Ciência  
e a Tecnologia

# PALAVRAS PARA LÁ DA PANDEMIA: CEM LADOS DE UMA CRISE

## Coordenador

José Reis

## Editor

Centro de Estudos Sociais  
Universidade de Coimbra

## Revisão Científica

Ana Cordeiro Santos, António Sousa Ribeiro, Carlos Fortuna, João Rodrigues, José Castro Caldas, José Reis, Pedro Hespanha, Vítor Neves

## Revisão Linguística

Ana Sofia Veloso, Alina Timóteo

## Design e Paginação

André Queda

Julho, 2020

Este trabalho é financiado por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto UIDB/50012/2020.

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade dos/das seus/suas autores/autoras.

## ISBN

978-989-8847-25-6

# PANDEMIA, PRECARIEDADE E PROTEÇÃO SOCIAL

João Pedroso

Os efeitos sociais da pandemia de COVID-19 vieram dar visibilidade ao crescimento das desigualdades sociais devido ao aumento do desemprego nas suas múltiplas formas, em especial, dos trabalhadores precários “dependentes” ou “independentes” (em período experimental, a termo, em trabalho temporário, a recibos verdes, de plataformas eletrónicas, autónomos e intermitentes das artes, etc.) da economia formal e da informal (trabalho doméstico, turismo, restauração, biscates das reparações, etc.).

A grande maioria dos referidos trabalhadores não tem acesso ao subsídio de desemprego, por ausência de uma relação laboral formal ou por não ter o número de dias de contribuições suficientes para cumprirem o período de garantia do regime de segurança social vigente. Acresce que, por vezes, também não tem direito a qualquer outra prestação social dos regimes de proteção social de cidadania, salvo os apoios eventuais da ação social pública ou de entidades do terceiro setor.

Estes precários e vulneráveis podem, assim, a curto prazo, engrossar os cerca de 113 milhões de pessoas em risco de pobreza e exclusão social e os cerca de 25 milhões de crianças que vivem abaixo do limiar da pobreza na União Europeia.

A política pública de segurança social, perante as referidas situações dos precários e vulneráveis, deve, por um lado, aprofundar as respostas de conjuntura e de urgência à atual crise

de risco de fratura social, e, por outro lado, repensar, em termos estruturais e de futuro, a reconceção dos regimes de segurança social.

Entre as primeiras medidas referidas é urgente alterar os regimes jurídicos vigentes de segurança social da prestação de desemprego e da prestação de rendimento mínimo de modo a: 1) incluir mais trabalhadores dependentes e independentes no acesso ao subsídio de desemprego e ao subsídio social de desemprego; 2) assegurar o direito a uma prestação do rendimento mínimo garantido (agora RSI – Rendimento Social de Inserção) que garanta a satisfação das necessidades básicas de qualquer pessoa, devendo, no entanto, no caso de ter aptidão para o trabalho, essa prestação ser conjugada com incentivos para (re)integrar o mercado de trabalho.

Entre as medidas estruturais e a pensar no futuro, é necessário, a curto prazo, a reconceção dos regimes de segurança social contributivos (regime geral e dos independentes) e dos regimes não contributivos ou de proteção social de cidadania. Deste modo se consagrariam, enquanto direitos dos seus beneficiários, prestações sociais de segurança social, com naturezas e modos de financiamento diversos, para responder às necessidades de rendimento dos precários e vulneráveis, quando sem atividade económica, de forma a evitar o crescimento das desigualdades e a sua queda no risco de pobreza.